



DIVERSIDADE CULTURAL E O PAPEL QUE O DOCENTE DESEMPENHA NA PERSPECTIVA FREIREANA

CULTURAL DIVERSITY AND THE ROLE THAT THE TEACHER PLAYS IN THE FREIREAN PERSPECTIVE

Beatriz Alves Salgueiro¹

Elza Galdino de Oliveira Cunha²

Mônica Lopes Folena Araújo³

RESUMO: O legado do educador e filósofo Paulo Freire nos permite entender que a educação parte de uma concepção problematizadora. A educação é um ato político e o conhecimento resultante dela, traduz um movimento crítico e reflexivo. Assim, ensinar exige saberes que são essenciais à prática pedagógica, mas também, sensibilidade, respeito e reconhecimento pelos saberes dos educandos, que chegam imbricados por suas culturas, vivências e sua diversidade. Dentro desse contexto, este artigo objetiva refletir a importância do papel que o docente desempenha para a diversidade cultural dos educandos em uma perspectiva Freireana. Trata-se de um estudo bibliográfico, de abordagem qualitativa e exploratória. Destaca-se a prática pedagógica pautada na diversidade cultural como desafio permanente ao educador que não se conforma em continuar reproduzindo uma educação eurocêntrica com práticas excludentes, mas que deseja contribuir para a transformação dos educandos e do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade Cultural. Interculturalidade. Formação docente. Educação Freireana.

¹ Professora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Mestre em Ensino das Ciências - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Membro do grupo de Pesquisa Formação e Prática Pedagógica de Professores de Ciências e Biologia (FORBIO); biahsalgueiro@gmail.com;

² Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); Doutoranda do Programa de Pós-graduação da Rede Nordeste em Ensino (RENOEN/UFRPE); Membro do grupo de Pesquisa Formação e Prática Pedagógica de Professores de Ciências e Biologia (FORBIO); elza.galdino@ufrpe.br;

³ Orientadora, Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Professora do Programa de Pós-graduação em Ensino (UFRPE); Membro do Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas e da Cátedra Paulo Freire da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Coordenadora do grupo de Pesquisa Formação e Prática Pedagógica de Professores de Ciências e Biologia (FORBIO) monica.folena@ufrpe.br.





ABSTRACT: The legacy of educator and philosopher Paulo Freire allows us to understand that education starts from a problematizing conception. Education is a political act and the knowledge resulting from it translates a critical and reflective movement. Thus, teaching requires knowledge that is essential to pedagogical practice, but also sensitivity, respect and recognition for the knowledge of students, who arrive imbricated by their cultures, experiences and diversity. Within this context, this article aims to reflect on the importance of the role that the teacher plays for the cultural diversity of students from a Freirean perspective. This is a bibliographic study, with a qualitative and exploratory approach. The pedagogical practice based on cultural diversity is highlighted as a permanent challenge to the educator who is not satisfied with continuing to reproduce a Eurocentric education with exclusionary practices, but who wants to contribute to the transformation of students and the world.

KEYWORDS: Cultural Diversity . Interculturality. Teacher training. Freirean Education.

INTRODUÇÃO

O legado do educador e filósofo Paulo Freire nos permite entender que a educação parte de uma concepção problematizadora. A educação é um ato político e o conhecimento resultante dela, traduz um movimento crítico e reflexivo. Assim, ensinar exige saberes que são essenciais à prática pedagógica, mas também exige sensibilidade, respeito e reconhecimento pelos saberes dos educandos, que chegam imbricados por suas culturas, suas vivências e sua diversidade.

Concordando com Candau (2013), a educação está inevitavelmente inserida e influenciada pelos processos culturais do ambiente em que ocorre. Assim, diante das sociedades multiculturais em que vivemos carece reinventar a educação escolar para que se possa vivenciar a relação intrínseca entre educação e cultura(s). Esses âmbitos estão profundamente entrelaçados, porém não podemos deixar de pontuar que em diversos momentos a postura educacional assume um caráter homogeneizador, monocultural e invisibiliza as diferenças.

O cenário brasileiro é composto por uma base de diversidade cultural muito forte, em que as relações interétnicas têm um contexto histórico doloroso e trágico,





principalmente no que se refere aos grupos indígenas e afrodescendentes. Uma história marcada pela eliminação do outro, negação de suas diferenças, relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão. Dessa forma, se propõe construir uma dinâmica escolar, na perspectiva da diversidade cultural e interculturalidade como forma de contribuir com a ruptura da relação da escola com dinâmicas homogeneizadoras, e com a construção de sociedades democráticas, pluralistas e inclusivas.

A perspectiva intercultural com a qual dialogamos está em conformidade com Walsh (2001), considerando que esta visa promover uma educação para negociação cultural, a construção de um projeto comum, em que as diferenças sejam dialeticamente incluídas. Esta é uma abordagem em que o professor assume um papel de mediador na construção das relações interculturais, havendo como um dos desafios a promoção de situações em que seja possível o exercício de descentralizar nossas próprias visões e nos situarmos no lugar do outro.

Partindo desse pressuposto, este artigo surgiu de algumas provocações que tomam conta do nosso cotidiano escolar: **como professores e professoras podem contribuir com a construção de uma sociedade que reconheça, promova, respeite e proteja a diversidade cultural?** Para começarmos a refletir, este estudo apresenta uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica à luz primordial dos estudos de Paulo Freire (1967; 1986; 1987; 1997; 2004; 2020). Arriscamos adentrar o legado freireano na tentativa de responder a essa questão, promovendo um diálogo reflexivo e a construção de conhecimentos e saberes a partir de suas obras. O objetivo principal é refletir sobre a importância do papel que o docente desempenha para a diversidade cultural dos educandos, tendo em vista as transformações





da sociedade contemporânea que de certa forma, obrigam o docente a percorrer itinerários formativos que dialoguem com tais desafios.

2 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E O PENSAMENTO FREIREANO

A educação intercultural, ao valorizar as diferenças e dar visibilidade às diversas culturas presentes no ambiente escolar, promove uma troca cultural entre os estudantes. Essa abordagem possui um caráter humanizador, inspirado na Pedagogia de Paulo Freire, que considera o diálogo entre as diferenças e os diferentes como um elemento central de sua proposta educacional. Embora os pressupostos teórico-metodológicos da pedagogia crítica de Freire e seus princípios ético-políticos não discutam a situação dos povos indígenas brasileiros de forma específica, os seus fundamentos filosóficos convergem com a necessidade de reconhecer a condição de ser dos povos indígenas, a qual lhes foi negada pela modernidade ocidental.

Freire (1987) denuncia, do ponto de vista epistemológico, a exclusão dos saberes da população colonizada, e valoriza esses saberes como condição para a extinção das relações opressoras. Para o autor, a educação só é possível à medida que o educando educa a si mesmo no processo de sua libertação. Compreendemos que sua obra Pedagogia do Oprimido expressa resistência às várias formas de opressão social e localiza a educação como um espaço de luta política. Segundo Oliveira (2015), a partir de algumas categorias do pensamento freireano, como oprimido, cultura, invasão cultural, síntese cultural, diálogo, autonomia, conceito de unidade na diversidade, construiu-se uma base consistente para se discutir a educação intercultural no contexto de desigualdade de poder na realidade brasileira.

Para Freire (1987), a opressão é um ato proibitivo da possibilidade de ser mais dos seres humanos, enquanto homens e mulheres por serem inacabados estão em constante





processo de formação, mas que é negada pela opressão. Nesse sentido, relaciona-se com o processo de dominação colonial europeia dos condenados da terra, como abordado em seus escritos. A partir dessa reflexão, entende-se que a educação se apresenta como prática da liberdade que deve libertar o ser oprimido da sua situação de opressão.

Santos (2010, p. 313) ao focar que “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” objetiva a superação de práticas em que as diferenças culturais dentro de uma sociedade são eliminadas ou minimizadas, levando a uma cultura predominantemente homogênea. Práticas de uniformidade cultural que levaram à assimilação linguística de diversos povos durante o processo de colonização, incluindo grupos indígenas e imigrantes.

De acordo com Santos (2011, p. 142), há quem entenda que o colonialismo é um fato do passado. Assim, o autor destaca que “colonialismo é toda relação de opressão assente na inferioridade supostamente natural, racial ou étnico-cultural do oprimido”. O ato de descolonizar é uma ação impreterível, ao mesmo tempo que também apresenta-se como um desafio a ser seguido. Há diversas maneiras de revelar as manifestações do colonialismo, que ainda estão fortemente presentes na sociedade contemporânea. A educação como prática da liberdade freireana, por exemplo, busca a tomada de consciência crítica e a transformação para uma nova realidade mais justa e solidária sendo o diálogo, eixo central para a humanização dos oprimidos. Portanto, ser dialógico é transformar a realidade junto ao outro de forma colaborativa. Por meio das relações dialógicas é possível refletir e transformar a realidade, uma vez que proporciona a criticidade e o reconhecimento da incompletude do ser humano.





No livro **Conscientização: teoria e prática da libertação**, Freire (1980, p. 38) define cultura como: “[...] todo resultado da atividade humana, do esforço do criador e recriador de homens, do seu trabalho de transformação e de estabelecimento de relações de diálogo com outros homens”. O processo de destruição da identidade cultural dos dominados além de ter a intencionalidade de conquista do seu ser cultural, também busca suprimir sua própria cultura à medida que a considera inferior e tenta oprimir e persuadir violentamente a aceitar os padrões culturais do dominador. A partir de uma visão bancária, a qual anula o poder da educação, o fundamental para os opressores não é a transformação do mundo, mas sim a conservação das situações que apenas os beneficia e que permite manter sua falsa generosidade. Conforme Oliveira (2011, p. 122),

A interculturalidade em Paulo Freire tem como referência, não apenas a compreensão de que há diferenças entre as culturas e tensões entre elas, mas, sobretudo, a valorização das relações interculturais, que pressupõe a dialogicidade e a eticidade. Relações de respeito que se dimensionem como uma síntese cultural, viabilizando a dinâmica criadora do processo de produção cultural.

A questão da interculturalidade no pensamento freireano é crítica, dialogando com Walsh (2009) ao problematizar a estrutura social vigente, evidencia as relações de poder e parte do processo histórico de submissão e subordinação. Se é apontado para a necessidade de não se impor ao outro a forma de ser de uma determinada cultura, mas também esse respeito não me impõe negar ao outro a curiosidade de saber mais do que a sua própria cultura. Conforme Oliveira (2011), não se restringe à questão de se compreender a cultura do outro, considera que é importante compreender a relação entre as culturas.





A vista disso, Freire propõe o respeito ao outro rumo à práxis transformadora da realidade. A decolonialidade que faz parte dessa transformação exige uma educação crítica, humanista e libertadora. Já a invasão cultural impõe a cultura de elite como legítima. Freire (1987, p. 175, grifos do autor), afirma que:

Na medida em que os invasores se tornam “inferiores”, necessariamente confirmarão a “superioridade” dos invasores. Os valores dessas coisas vão ser invadidos. Quanto mais se acentuar a invasão, alienando ou sendo da cultura ou sendo invadida, mais essas pessoas vão querer aparecer como aquelas: andar como aquelas, se vestir à sua maneira, agir à sua maneira.

O respeito ao conhecimento popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural, de forma que a cultura precede a educação e que todo o processo de mudança, incluindo a decolonialidade, fundamenta-se essencialmente na maneira como as diferentes culturas são entendidas no contexto do desenvolvimento humano. Para que haja multiculturalidade⁴, no entendimento freireano, é necessário assumir-se enquanto maioria a partir de atitudes de tolerância e respeito às diferenças culturais, sendo isso a base para construir a “unidade na diversidade”. Ou seja, a luta pela libertação tem de ser coletiva, trabalhando as semelhanças entre si e não só as diferenças, em virtude de não ser possível os grupos oprimidos, enquanto minorias, lutarem pelos seus direitos e superarem as situações de opressão.

Nessa perspectiva, Freire (2014, p. 71) em seu livro **Pedagogia da Tolerância** destaca que o desafio “não é o de preservar a cultura indígena, mas o de respeitá-la”, o que

⁴ Paulo Freire situa a multiculturalidade no processo de libertação, compreendendo que a mesma se fundamenta: [...] na liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, sem medo de ser diferente, de ser cada uma “para si”, somente como se faz possível crescerem juntas e não na experiência da tensão permanente, provocada pelo todo-poderosíssimo de uma sobre as demais, proibidas de ser. (Freire, 2020, p. 79).





implica em não “conservá-la em ilhas, em guetos histórico-culturais” e sim “reconhecer as idas e vindas do movimento interno da própria cultura. É contribuir para esse movimento interno, para esse dinamismo”. Para Baniwa (2019), a qualidade da educação escolar indígena vem do pensar e da prática de uma educação específica, diferenciada e própria, que tenha a intencionalidade de atender as necessidades e situações problemas dos indivíduos e comunidades indígenas dentro e fora das aldeias, individual e coletivamente.

Esse discurso nos direciona para o desenvolvimento da autonomia como resultado de um princípio ético-político-pedagógico que se inspira no legado de Freire (1997, p. 58): “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Dessa forma, a autonomia é a experiência de liberdade, que dentro do contexto da educação escolar indígena é um constituinte indispensável para a construção de uma escola que tenha sua base e estrutura no desejo e necessidades dos povos indígenas, ou seja, intercultural, bilíngue, diferenciada e específica.

De acordo com Dussel (2000), para Freire, o ato pedagógico acontece dentro da práxis de libertação, que não é o ato final, mas um ato transformativo humanizante que busca o enfrentamento da opressão para deixar de existir os oprimidos. Dessa forma, na práxis ocorre um processo progressivo de conscientização. A práxis libertadora é que dá sustentação a todo o processo educativo.

3 EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: reflexões e diálogos necessários à prática docente

Acreditamos que a educação na perspectiva da diversidade cultural aponta para uma concepção de educação problematizadora freireana, capaz de provocar





transformações reais na sociedade. Quando refletimos acerca dessa temática, diversas são as inquietações que nos motivam a repensar os processos educativos em busca de mudanças urgentes na configuração que ora se apresenta e que é tão fortemente reproduzida. Enquanto educadores, precisamos ter consciência da individualidade, necessidade, vivência e experiência que cada estudante carrega e que muitas vezes são invisibilizadas. Esse entendimento é reforçado por Freire (1997, p. 22) quando retrata sobre a identidade cultural dos educandos, explicando que:

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo.

Desenvolver estratégias de promover e proteger a diversidade cultural na escola vai além de um discurso, pois exige atitudes respeitadas, criativas e transformadoras para uma nova práxis educativa, voltada para o olhar crítico sobre as particularidades e realidades dos educandos. São inúmeros os desafios para o professor pensar a diversidade, ou seja, quebrar paradigmas que retroalimentam o sistema que, estruturalmente reproduz preconceitos, não é tarefa fácil nem tampouco simples. A respeito da diversidade, Gomes (2007, p. 17) sintetiza dizendo que:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como





diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos.

Gomes (2007, p. 22) afirma que somos, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes, e que o fato de sermos humanos nos torna semelhantes, porém as questões de gênero, culturas, raça/etnia, identidades e demais características, nos permite apresentar diferenças, as quais devem ser respeitadas, sendo este um dos desafios apontados pela autora:

E mais: somos desafiados pela própria experiência humana a aprender a conviver com as diferenças. O nosso grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor ou pior do que outro. Na realidade, somos diferentes.

É tão importante quanto necessário que os profissionais da educação desenvolvam essa postura destacada por Gomes (2007), de maneira que, desde a formação docente inicial e posteriormente, a continuada, contemple de forma eficaz estas demandas que permeiam o âmbito educacional, que o professor esteja atento a essas questões e abandone práticas conservadoras e a reprodução do poder dominante.

Freire e Shor (1986, p. 15) criticam a prática pedagógica ancorada nessa concepção dizendo que: “A educação é muito mais controlável quando o professor segue o currículo padrão e os estudantes atuam como se só as palavras do professor contassem” e é no sentido oposto a essa crítica que desejamos uma educação, efetivamente libertadora, criticando ainda as formas educacionais predominantes na sociedade, em que aulas puramente expositivas anulam a criatividade dos alunos.





Enquanto educadores de um país diverso e plural, professores e professoras precisam combater a ideia de hegemonia de raça e poder, bem como o racismo e a discriminação a todos as pessoas. Esta afirmação está ancorada no pensamento de Freire (1997, p. 31) quando revela que:

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.

Observa-se que neste trecho do discurso freireano, o autor deixa claro que lutar contra qualquer tipo de discriminação é essencial ao docente. Nessa linha de raciocínio, Coelho (2012, p. 118) diz que “professores mal formados acabam por lidar com situações de discriminação como se profissionais não fossem. Recorrem, frequentemente, a suas próprias convicções, a suas experiências de vida ou à sua noção de justiça para resolver as questões”. A autora vai além e esboça críticas severas aos cursos de formação que muitas vezes não atendem às demandas atuais e os futuros docentes são produtos dessa formação incompleta. Não discordamos desse entendimento, porém complementamos tal reflexão com as considerações de Munanga (2005, p. 15) quando diz que alguns docentes,

[...] por falta de preparo ou por preconceito neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância da riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.





Apesar dessa crítica, Munanga (2005) aponta que não dispomos de métodos educacionais prontos para aplicar diante das situações e desafios, mas que não podemos permanecer estagnados, sem conhecimento crítico e reproduzindo uma educação eurocêntrica.

Reflexões esboçadas nesta concepção são apontadas por Freire (1997, p. 51) quando sugere que o ato de ensinar conduz à construção do conhecimento, por meio da problematização da realidade social. Por isso, “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” e que:

[...]além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (Freire, 1997, p. 51).

A sociedade é formada por uma população diversa e a escola faz parte desse contexto, pois é composta por diferentes grupos sociais e culturais, que até pouco tempo atrás eram excluídos desse espaço. Essa reflexão é ratificada por Candau e Moreira (2003, p. 160) que afirmam ser a escola uma instituição considerada privilegiada, pois tem a capacidade de desenvolver uma função social importante, qual seja, “transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade”, porém, ainda é um ambiente onde são reproduzidas as desigualdades sociais, culturais e raciais, bem como a homogeneização de padrões estéticos e físicos, excluindo muitas vezes, o considerado “diferente”.

Sobre esse aspecto, Moreira (2006, p. 139) ressalta sobre os novos sujeitos desses espaços, levantando diversas questões:





Inquieto, inseguro e insatisfeito, o professor empenha-se no sentido de melhor conhecer quem são esses novos alunos, quem são esses outros, esses “estranhos”, esses diferentes, que entram sem pedir licença, que transgridem regras e normas e que resistem aos mais agudos apelos de acomodação à ordem vigente. Como lidar com eles, como incluí-los? Como lidar com alunos tão distantes da visão idealizada de estudante que a escola sempre cultuou? Como lidar com alunos portadores de necessidades especiais, com problemas na justiça, com um pé na criminalidade, com dificuldades de aprendizagem, com condutas inesperadas e violentas? Como lidar com alunos pobres, negros, favelados, migrantes, homossexuais, membros de famílias “desajustadas”? Como entendê-los melhor?

Moreira (2006) pontua ainda a importância de conhecer esse “estranho”, e aqui cabe ressaltar, que esse sujeito precisa ocupar espaços que foram negados a ele, historicamente. É necessário levar em conta o dinamismo e a diversidade do aluno negro, com deficiência, homossexual, indígena, pobre, ou seja, quem ensina, precisa estar sempre refletindo sobre a sala de aula, as práticas e os saberes, caso contrário, os problemas como desmotivação, evasão escolar, reprovações irão se retroalimentando e desencadeando novos desafios. Seguindo essa concepção, Freire (1997, p. 19) aponta que:

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres.

Os questionamentos acima realizados poderão ajudar a aprofundar as reflexões sobre a prática pedagógica pautada na diversidade. Gomes (2007, p. 23) levanta uma questão muito pertinente ao dizer que:





Ora, se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, sobretudo a pública, é a instituição social na qual as diferentes presenças se encontram. Então, como essa instituição poderá omitir o debate sobre a diversidade? E como os currículos poderiam deixar de discuti-la?

Como foi exposto, são questões extremamente necessárias à prática docente cotidiana e que o conduz a se questionar, refletir e reconhecer a existência de particularidades, realidades e culturas distintas a que seus alunos pertencem e que orientado por uma educação libertadora e problematizadora possa contribuir para a formação de uma sociedade justa, plural, crítica, livre de preconceitos e opressões que alienam e limitam a evolução humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conceber uma nova escola que seja inclusiva, democrática e que responda às necessidades dos diversos grupos populares, Freire apresenta os princípios pedagógicos de sua educação, colocando a cultura como elemento central. Em seu pensamento educacional não tratou somente sobre a cultura, mas também nos trouxe debates epistemológicos das relações entre os saberes, discussões sobre diálogo, opressão social e invasão cultural, que nos aproximam da educação intercultural crítica e contribui para o movimento de aprofundar as reflexões sobre a relação da pedagogia freireana com a prática pedagógica intercultural, na busca de compreender-se questões sobre diversidade.

Nesse cenário de diversidade cultural, os professores e professoras são chamados a enfrentar os desafios que surgem no desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais, o que não é somente possibilitar a experiência com diferentes linguagens





e produtos culturais, mas também construir novas perspectivas culturais juntos aos estudantes.

Destarte, formar professores e professoras na perspectiva da diversidade cultural requer mais que simples discursos teóricos, pois exige novas posturas éticas, compromisso com a sociedade e principalmente, com os seres humanos. Como sugere Freire (2021, p. 259), “a responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente”. Este trecho do discurso freireano aponta para os caminhos da formação que o docente precisa percorrer, qual seja, um processo permanente, “que se funda na análise crítica de sua prática”.

Assim, as reflexões aqui realizadas são indícios iniciais que demonstram nossa preocupação por uma educação libertadora, problematizadora, inclusiva, plural e diversa, capaz de romper com o silêncio do preconceito. Espera-se, portanto, que este estudo seja utilizado como instrumento de reflexão na ampliação de conhecimento, na construção de novas propostas de investigação, bem como despertar o interesse nos pesquisadores para a investigação da temática no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Laced, 2019.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Ed. Vozes; 10ª edição, 2013.

CANDAU, Vera; MOREIRA, Antonio. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, [online], n.23, pp. 156-168, 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n23/n23a12.pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2024.





COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Educação, História e Problemas: cor e preconceito em discussão.** Belo Horizonte: Mazza edições, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. *In.*: **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** Orgs. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Identidades, Saberes e Práticas. **Revista Educação e Filosofia.** Uberlândia, v. 20, n. 40, p. 137-157, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/245/247>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2ª ed. 2005.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. Cultura e interculturalidade na educação popular de Paulo Freire. São Paulo, **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v.1, n.25, p.109-124, Jan./Jun. 2011.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Paulo Freire: gênese da educação intercultural no Brasil.** Curitiba: CRV, 2015

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: UNESP, 2014.





FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. Estudos Avançados. 15 (42), 2001. Carta retirada do livro **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. Editora Olho D'Água, 10ª ed., p. 27-38.

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. **Medo e Ousadia**: O Cotidiano do Professor. tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Portugal**: Ensaio contra a autoflagelação. São Paulo, Cortez, 2011.

WALSH, Catherine. La educación Intercultural en la Educación. Perú: **Ministerio de Educación**. (documento de trabalho), 2001.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Recebido: 21/04/2025
Aprovado: 30/04/2025

